

30 de agosto: educação municipal do Rio vai parar em defesa da aposentadoria

PL 1005 será votado na Câmara de Vereadores. Vamos barrar o ataque do prefeito!

No início de junho, o prefeito Eduardo Paes enviou à Câmara dos Vereadores, em caráter de urgência, o **Projeto de Lei nº1005/2011 (PL 1005), que dispõe sobre o Plano de Capitalização do FunPrevi e dá outras providências**. Isto é: medidas apresentadas pela Prefeitura para acabar com o rombo e garantir mais dinheiro para o fundo. Desde então, o Movimento Unificado em Defesa do Serviço Público Municipal, vem denunciando que tal proposta não solucionará os problemas do nosso fundo. Ao contrário, os aprofundará.

De acordo com o PL1005, o Tesouro Municipal não repassará mais nenhum valor para o FUNPREVI. Para cobrir o déficit serão utilizadas as verbas da saúde e educação (contribuição suplementar), os royalties do petróleo, a retirada de direitos como o fim da paridade e integralidade (PLC 41) e os imóveis do Previ- Rio. O PL 1005 já está sendo implementado. As verbas da saúde e da educação estão sendo desviadas para o pagamento de aposentadorias e

pensões desde o início do ano. Porém o déficit continua.

Prefeito quer que servidores paguem a "conta"

Ou seja, para a prefeitura, quem pagará a conta pela má administração do FUNPREVI serão os servidores, que perderão direitos conquistados com muita luta e, a população, que terá escolas e hospitais cada vez mais precarizados.

Na audiência com o prefeito conseguimos a retirada do caráter de urgência do PL 1005 e uma série de reuniões com o governo. Porém Eduardo Paes foi claro: o prazo é de apenas 15 dias, ao final dos quais o projeto entra em votação. A prefeitura também quer aprovar o PLC 41, que muda as regras da nossa aposentadoria.

Por isso, vamos mostrar que quem é contra a educação não consegue reeleição. E quem vota contra o servidor não pode ser vereador - todos à paralisação dia 30 de agosto! No mesmo dia, na Cinelândia, às 13h, ato/assembléia da categoria.



30 PARALISAÇÃO DE 24H
EM DEFESA DA APOSENTADORIA
AGOSTO ATO PÚBLICO E ASSEMBLÉIA - CINELÂNDIA, 13H

Você, profissional da educação O PL 1005 VAI ACABAR COM A

A defesa da nossa aposentadoria deve ser a luta principal. Os governos tentam fazer com que os trabalhadores paguem a mobilizações de massa foram feitas para evitar os ataques, em especial à aposentadoria. No Rio de Janeiro, Eduardo Paes, seg
PLC 41. O PL 1005 deveria garantir verbas para que o FUNPREVI saia do vermelho. Porém, ele significa o

2) O QUE É APORTE OBRIGATÓRIO DO TESOURO MUNICIPAL?

Com as sucessivas Reformas, as regras da aposentadoria foram modificadas. Em 2002, passamos a ter um regime próprio de previdência no Rio (estabelecido pela lei 3344/2001). Desta forma, o FUNPREVI passou a ser o responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões a partir de janeiro daquele ano. O Tesouro Municipal continuaria pagando o salário dos aposentados e pensionistas já existentes, repassando o dinheiro ao fundo.

Em 2004 sofremos um grande ataque. O governo parou de repassar este valor por vários meses, gerando uma dívida de R\$370 milhões com o fundo. Coincidência ou não, tal fato ocorreu na época das obras para os jogos Pan-americanos.

Para não pagar a dívida, o procurador geral fez uma manobra. Usando a Emenda Constitucional 20/1998, alegou que o FUNPREVI era responsável pelas aposentadorias e pensões desde janeiro de 1999 e não janeiro de 2002. Como o Tesouro havia repassado valores para o pagamento dos aposentados e pensionistas de 1999, 2000 e 2001, não havia nada a ser pago.

Com esta "canetada", o FUNPREVI passou a pagar o salário de muitos trabalhadores que tinham suas aposentadorias e pensões sob responsabilidade do Tesouro Municipal. Os efeitos deste golpe são sentidos até hoje, representando uma despesa anual extra de aproximadamente R\$ 300 milhões (R\$ 300.000.000,00).

1) TROCA O APORTE OBRIGATÓRIO DO TESOURO MUNICIPAL POR UMA CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR QUE VIRÁ FUNDAMENTALMENTE DO ORÇAMENTO DA SAÚDE (15%) E DA EDUCAÇÃO (25%).

O que isso significa?

Significa que o Tesouro Municipal não repassará mais nenhum valor para o fundo. O único dinheiro que a prefeitura dará será o desviado das verbas da saúde e da educação.

Ao invés dos cerca de R\$ 100 milhões do Tesouro, a prefeitura re-

passará aproximadamente R\$ 76 milhões, que sairão das escolas e hospitais. Ou seja, entrará menos dinheiro no FUNPREVI, serviços essenciais à população serão precarizados e continuaremos sem dinheiro para o pagamento das aposentadorias e pensões.

3) O QUE É A CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR?

Segundo o PL 1005 a complementação suplementar será feita através das verbas da educação, da saúde e de outras secretarias. Ao invés de serem utilizadas para a valorização salarial, melhoria das escolas e hospitais agora pagarão aposentadorias e pensões.

Este ataque esta acontecendo desde o início do ano. Em fevereiro, 7% das verbas destinadas à educação foram utilizadas para estes pagamentos.

O município do Rio de Janeiro já foi condenado por não aplicar as verbas obrigatórias na educação. Este desvio é ile-

gal e precisa ser denunciado.

Quando perguntado em audiência o porquê da utilização destas verbas, já que a Prefeitura teve crescimento no orçamento, o governo calou-se.

O Procurador Dionísio apresentou a desculpa de que professoras começam a trabalhar cedo, se aposentam cedo e mulheres infelizmente demoram a morrer. Lamentavelmente este é o pensamento do governo em relação às profissionais de educação.

Segundo o PL 1005, em 2011 sairão mensalmente da educação como contribuição suplementar R\$50.453.291,18 no mi-

Resolução do município, tem que saber: COM A NOSSA APOSENTADORIA

Trabalhadores paguem a conta da crise econômica, através da retirada de direitos conquistados com muita luta. Em todo o mundo, Eduardo Paes, seguindo a lógica do Banco Mundial, também quer acabar com nossa aposentadoria através do PL1005 e do PL1006. Porém, ele significa o fim do fundo, gerando um problema: quem pagará nossas aposentadorias e pensões?

DO TESOURO MUNICIPAL SUPPLEMENTAR QUE VIRÁ PAGAMENTO DA SAÚDE (15%)

...á aproximadamente R\$ 76 milhões que sairão das escolas e hospitais. Ou seja, entrará menos dinheiro no FUNPREVI, serviços essenciais para a população serão precarizados e não teremos dinheiro para o pagamento das aposentadorias e pensões.

...nimo (pisó) e R\$52.975.955,74 no máximo (teto).

Com um gasto ainda maior para o pagamento de aposentadorias e pensões não sobrar dinheiro para as escolas e creches. Temos que lembrar que a pouca verba que a prefeitura destina à educação vai para a mão da iniciativa privada através de Institutos e Fundações. Não é à toa que a Prefeitura criou o programa "Adote uma escola". A lógica é que cada unidade escolar encontre um empresário para financiá-las, ou seja, PRIVATIZAÇÃO.

4) IMÓVEIS DO PREVI-RIO SERÃO TRANSFERIDOS PARA O FUNPREVI

Segundo a Prefeitura "os imóveis estão sendo usados para equacionar o déficit atuarial". Porém este dinheiro é fictício.

Primeiro porque os imóveis pertencentes ao PREVI-RIO que serão transferidos para o FUNPREVI estão avaliados em cerca de R\$300 milhões. No texto do PL 1005 valem mais de R\$1 bilhão. Será que esta diferença de valor foi criada só para maquiar o déficit que o fundo ainda terá?

Segundo porque parte destes imóveis não tem registro, o que impossibilita a venda ou doação.

Terceiro porque as cartas de

crédito serão pagas em alguns anos. A maioria dos servidores não conseguirá quitar o pagamento de sua casa imediatamente. Portanto este dinheiro não entrará agora para amenizar o déficit do fundo.

Esta transferência pode comprometer a garantia dos programas do Previ-Rio como o financiamento imobiliário, plano de saúde e outros benefícios.

Os imóveis hoje em nome do Previ-Rio foram dados em dação de pagamento no passado, portanto os imóveis são fruto de contribuições dos servidores que, em algum momento, não foram repassadas pelo Tesouro.

5) COLOCA ROYALTIES DO PETRÓLEO COMO FORMA DE CAPITALIZAÇÃO DO FUNPREVI

A questão sobre os royalties do petróleo ainda não foi definida. Portanto está é mais uma verba fictícia. Como a Prefeitura pode contabilizar este dinheiro para acabar com o rombo do fundo sem nem ao menos ter certeza sobre o valor que o município arrecadará?

6) APRESENTA COMO FORMA DE ECONOMIA DO FUNPREVI A PLC 41

Para a Prefeitura, uma das formas de solucionar o déficit do FUNPREVI é a retirada da integralidade (direito de se aposentar com salário integral), da paridade (direito de ter o mesmo reajuste salarial) e da redução do valor das pensões.

O estudo atuarial feito para o PL 1005 considera a economia que o fundo terá ao reduzir o valor das aposentadorias e pensões, colocando como certa a aprovação do PLC 41. Isso reve-

la a intenção do prefeito de atacar completamente os direitos dos trabalhadores.

De concreto, as únicas verbas que teremos para garantir a existência do fundo serão as da Saúde e Educação (contribuição suplementar), nossos 11% (descontados no contra-cheque) e 22% da contribuição patronal (parte da Prefeitura para o pagamento de nossas aposentadorias e pensões). Ou seja, o PL 1005 não garante a capitalização do FUN-

PREVI. Ao contrário, aumenta o déficit. Desta forma não a garantia do pagamento de nossas aposentadorias e pensões. O próprio governo reconhece que em 2014 o fundo pode quebrar. Com a redução de verba talvez acabe antes deste prazo.

Portanto, precisamos intensificar nossa mobilização e lutar contra a retirada dos nossos direitos. Não podemos pagar a conta do desvio de verbas e da má administração do fundo.

10% do PIB para a Educação já!

Recentemente o governo Dilma apresentou sua proposta para o Plano Nacional de Educação (PNE) que deverá vigorar até 2011. Este PNE é muito distante daquele reivindicado e construído pelo movimento, pela categoria.

Nem mesmo o CONAE, que foi totalizado pelo governo, rebaixou o valor de 10% do PIB

para a educação.

O PNE do governo estabelece 7% do PIB até 2014, mas sujeito a alteração a depender da realidade orçamentária. O que orienta a proposta do PNE é a lógica imposta pelo Banco Mundial de diminuir gastos nas áreas sociais destinando-os a banqueiros e empresários. Em 2010, apenas 2,89% do

orçamento foi investido em educação.

No dia 24 de agosto haverá uma grande marcha para Brasília com o ANDES, ANEL, MST, INTERSINDICAL, CSP-CONLUTAS, entre outras entidades que estão construindo a campanha e o plebiscito nacional pela aplicação dos 10% do PIB para a educação públi-

ca. O Sepe se soma a estas entidades na luta em defesa da educação pública de qualidade. Eis nossas reivindicações principais:

- 1) 10% do PIB para a educação pública já!
- 2) Contra o PNE do Governo Federal!
- 3) Por um PNE construído pelos trabalhadores!

Movimento Unificado dos Servidores teve audiência com prefeito

Representantes de entidades do Movimento Unificado dos Servidores Municipais participaram de uma audiência com o prefeito Eduardo Paes, no dia 11 de agosto – diretores do Sepe também estiveram presentes. O encontro foi convocado pelo prefeito para que ele expusesse ao movimento dos servidores o conteúdo do Projeto de Lei 1005, que trata da capitalização do Funprevi.

Nesta audiência, conseguimos que o prefeito retirasse o caráter de urgência do PL 1005 por 15 dias, agendando uma série de reuniões entre os servidores e o governo, para que sejam apresentados os cálculos e que possamos questionar os vários pontos de desacordo com o projeto. Isto porque tal proposta não

soluciona o déficit do fundo, apresenta várias irregularidades legais e administrativas (de acordo com a avaliação de técnicos e servidores da área), além de atacar diretamente a escola pública, já que utiliza uma parte dos 25% das verbas carimbadas para Educação no pagamento de aposentadorias e pensões (leia páginas 2 e 3).

A categoria precisa continuar o processo de mobilização nas escolas, creches e comunidade escolar, além das visitas à câmara e envio de e-mail aos vereadores, que estão cada vez mais sensíveis às nossas reivindicações. Assim, as escolas vão parar dia 30 de agosto em protesto contra os projetos de Paes que tiram direitos de nossa aposentadoria e colocam em risco o Funprevi



Manifestação dos servidores na Câmara defende Previdência dos ataques do prefeito

**. 27 de agosto:
9h - Encontro de Representantes no Sepe**
**. 30 de agosto:
13h - ato contra o PL 1005 e PLC 41, na Cinelândia;
após o ato haverá assembleia.**



Boletim do Sepe - Rede Municipal/RJ
é uma publicação do Sindicato Estadual
dos Profissionais da Educação do Rio de
Janeiro - R. Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º
andares - Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-040 - Tel.: 2195-0450 -
www.seperj.org.br
Tiragem desta edição: 20.000